



Texto para Discussão 024 | 2023

Discussion Paper 024 | 2023

Política industrial e o setor audiovisual brasileiro

Ary Vieira Barradas

Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Kleyton da Costa

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Informática (DI/PUC-Rio)

This paper can be downloaded without charge from

<https://www.ie.ufrj.br/publicacoes-j/textos-para-discussao.html>

Política industrial e o setor audiovisual brasileiro

Outubro, 2023

Ary Vieira Barradas

Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Kleyton da Costa

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Informática (DI/PUC-Rio)

1 Introdução

A implementação de política industrial para o setor audiovisual envolve a gestão coordenada e sincronizada de um conjunto de instrumentos e políticas que são vitais para a consecução dos objetivos e para a aplicação das suas estratégias.

A formulação de uma estratégia industrial como parte de um plano de desenvolvimento econômico, após a definição dos objetivos, é prática comum em países industrializados¹.

A epígrafe destas estratégias é: i) consolidar a estabilidade, evitando as idas e vindas da política macroeconômica; ii) promover reformas estruturais, buscar meios e fins para dar mais eficiência ao sistema audiovisual e ao aumento da produtividade; iii) induzir o uso mais intensivo de novas tecnologias e a capacitação tecnológica, com isto permitindo que a indústria nacional tenha maior capacidade de inovação e competição.

Os indicativos correspondentes a tais estratégias seriam transmitidos através de políticas comerciais, tarifárias, regionais, de comércio exterior, entre outras. Estas medidas propiciariam a expansão do mercado interno, e maior integração à economia internacional. Esses planos desenvolvidos e aplicados, juntamente com outras políticas voltadas ao setor audiovisual nacional, permitiram o seu crescimento, sem, no entanto, ampliar o seu market-share e a sua capacidade de competição com o mercado internacional. Neste artigo trataremos dos principais tópicos desenvolvidos na economia industrial que permitiriam elaborar um Plano Industrial direcionado ao setor audiovisual nacional, em particular, para o desenvolvimento econômico da indústria cinematográfica, visando ampliação da sua capacidade de competição, o *aumento de escalas de produção*, e também a elevação de padrões de qualidade.

Os objetivos principais do trabalho são:

¹ No Brasil, temos dois exemplos marcantes dessa prática, o Plano de Metas (1956-1961) e do II PND (1974-1979).

- a. identificar os princípios básicos da política industrial para o setor audiovisual brasileiro;
- b. utilizar a Teoria de Componentes Principais da Análise Multivariada para identificarmos os principais segmentos do setor audiovisual a serem alvos das políticas de financiamento para o setor;
- c. identificar através dos cálculos que esses principais segmentos são exatamente aqueles apoiados pelo principal órgão de financiamento do setor audiovisual que é a Ancine - Agência Nacional de Cinema, através do FSA-Fundo Setorial do Audiovisual.

Com o intuito de atingir os objetivos do trabalho, inicialmente faremos introdução abordando as principais características da política industrial, já na parte 2, destacaremos os princípios básicos dessa política que referem-se ao setor audiovisual brasileiro, enquanto que na parte 3, desenvolveremos a metodologia de trabalho e a análise dos cálculos. Por fim apresentaremos as Conclusões do trabalho.

2 Política industrial

2.1 Princípios básicos

Verificamos que no processo de industrialização do Brasil, poucos setores tiveram altas taxas de crescimento dos seus produtos e de absorção de mão-de-obra. Em particular, a partir da década de 1980, conforme Rodrigues (2015), a indústria brasileira apresentou significativa perda de dinamismo, acompanhada de um processo de especialização regressiva da sua estrutura produtiva. Concluiu também o autor que a definição de política macroeconômica coexistindo com políticas industriais e tecnológicas, torna-se importante para fazer a indústria brasileira apresentar dinamismo maior para que seja compatível com o estágio atual de desenvolvimento de outros países.

“... em uma abordagem keynes-schumpeteriana, política econômica deve ser concebida como instrumento de compatibilização entre estabilidade macroeconômica, mudança tecnológica e incremento

de competitividade sistêmica num contexto de incerteza e volatilidade potencial de expectativas”. (Burlamaqui e Fagundes, 1996, pág: 161)

Partindo dessa ótica, sua instrumentalização deve estar apoiada, segundo os autores², em três aspectos:

“- de que as forças de mercado são relevantes, mas insuficientes para cumprir essa meta;

“- de que o estado é um parceiro fundamental;

“- de que a compatibilização está diretamente ligada à construção de instituições coerentes entre si e fomentadoras de cooperação e intercâmbio de informações intra e intersetores.

A conjugação desses elementos culmina com a necessidade de se definir o que denominamos “política industrial”.

A política industrial pode ser definida como simplesmente um foco de atenção da política econômica geral num conjunto de objetivos relacionados com a atividade e o desenvolvimento industrial. Assim, consideramos relevante para uma estratégia de industrialização os seguintes elementos:

- formalização de diretrizes e objetivos;
- instrumentos e políticas relacionadas ao setor a ser considerado;
- organização institucional específica;
- identificação de tecnologias específicas

² BURLAMAQUI, L. e FAGUNDES, J. “Notas sobre a diversidade e regularidade no comportamento dos agentes econômicos: uma perspectiva neo-schumpeteriana”, pág:161. In BARROS DE CASTRO, Antonio; POSSAS, Mário L.; PROENÇA, Adriano (Orgs).

Quanto aos objetivos, a partir de um planejamento geral, a política industrial deve preocupar-se com a promoção do crescimento e da eficiência de um determinado setor. Ao atingir o objetivo de crescimento ela contribui para - ou é condicionada por - objetivos mais amplos da política econômica em geral, tais como: estabilidade monetária e financeira, equilíbrio da balança comercial, aumento do nível de emprego, entre outros. Já o objetivo de eficiência depende de condições do mercado e de medidas que objetivem melhorar o desempenho a nível de empresa (aspectos gerenciais, organização, marketing, tamanho da empresa, estrutura da indústria, aplicação de novas tecnologias, etc.), preocupando-se com a estruturação de um sistema educacional e de formação de recursos humanos.

Quanto aos instrumentos utilizados, poderiam grosso modo ser classificados em duas categorias:

- os que se enquadram no âmbito da política econômica geral, tais como, políticas comerciais - aduaneira, cambial, controle de importações e promoção de exportações;
- os voltados diretamente para o setor, tais como, - incentivos, regulamentações, e fomento, entre outros;

Por sua vez, a pluralidade de **instituições** e identificação de **tecnologias específicas**, envolvidas na formulação e implementação da política industrial refletirão a própria pluralidade das áreas abrangidas.

Vários problemas são levantados para a definição de *política industrial para o setor audiovisual*.

i. No âmbito global da economia

a) há uma acentuada desigualdade na distribuição de renda no país.

b) o sistema educacional está em profunda crise e sem condições de adequar o perfil de escolaridade e educação básica aos requisitos determinados pelo avanço tecnológico.

c) houve nos últimos cinco anos a redução na capacidade de geração de emprego pela indústria nacional.

ii. No âmbito do setor audiovisual

a) a dificuldade de pagamentos de impostos e taxas de materiais importados. Isso é decorrente da existência de barreiras protecionistas (tarifárias e não-tarifárias) e legislações inflexíveis de defesa da concorrência.

b) dificuldade de obtenção de financiamentos para investimentos em bens de capital; decorrente da existência de um mercado financeiro que não é voltado para o financiamento da produção e a geração de emprego.

iii. No âmbito da indústria cinematográfica³

1. Na atividade de produção

Segundo Barradas & Prado (2014), que trata da produção audiovisual no Mercosur, os problemas básicos do setor nacional são os seguintes:

- Não há base industrial nacional que atenda às demandas na cadeia produtiva.
- Observa-se, ainda, sérias deficiências de articulação na cadeia produtiva, com fornecedores de equipamentos de produção⁴.
- Há deficiência na formação de mão-de-obra especializada.
- Há falta de estrutura de sustentação na cadeia produtiva com deficiência na distribuição e exibição dos produtos nacionais, sem gerar, portanto, escala de produção.
- Não há políticas públicas que articulem conjuntamente os investimentos governamentais, federais, estaduais e municipais, que propiciem o desenvolvimento econômico do setor. Segundo os mesmos autores, a política de competitividade neste setor deve:

³Ary Vieira Barradas – Tese de Doutorado – 1999. Diagnóstico feito através de questionários distribuídos às empresas do setor audiovisual do Rio de Janeiro.

⁴De um modo geral, os equipamentos utilizados na produção audiovisual são alugados. Poucas produtoras possuem equipamentos próprios.

- Estimular a especialização empresarial, para garantir seletivamente a capacidade competitiva e a excelência internacional de seus produtos;
- Promover a co-produção com produtores estrangeiros;
- Incentivar as empresas existentes a atender com tecnologias nacionais, dentro do possível, de forma atualizada e adequadas ao mercado local.

2. Na atividade de exibição

- a) a falta de políticas de financiamentos regionais para a ampliação, reforma, expansão e modernização das salas.
- b) o imobilismo estratégico da organização da programação (horários, títulos, local) e de acompanhamento do crescimento demográfico e cultural do público geograficamente próximo à sala.
- d) a falta de políticas governamentais fomentadoras da formação de público para o cinema.

2.2 Importância do fomento ao setor audiovisual brasileiro

O trabalho desenvolvido por Coutinho e Ferraz (1994) - Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira (ECIB) - classifica os setores industriais em três categorias: setores com capacidade competitiva, setores com deficiências competitivas e setores difusores do progresso técnico. Afirmam os mesmos autores que a política de desenvolvimento competitivo da indústria brasileira só terá êxito se tornar os setores difusores de progresso técnico capazes de contribuir para a modernização do parque industrial. Dentre outros, o **setor audiovisual**, que é receptor de avanços na eletrônica, informática e telecomunicações, é um setor industrial que, pelas suas potencialidades de gerar empregos, conquistar mercados internos e externos, obter ganhos de produtividade e gerar divisas para o país, deve ter políticas padronizadas de fomento direcionadas a seus diferentes segmentos – produção, distribuição e exibição.

Atualmente o principal órgão de financiamento do setor é a Ancine⁵ – Agência Nacional de Cinema, através do FSA – Fundo Setorial do Audiovisual. O Fundo Setorial do Audiovisual possui programas direcionados à todos os segmentos da indústria audiovisual, que se constituem em diversas linhas de ação, inauguradas em 2008 e ampliadas em 2013, ancoradas no Regulamento Geral do PRODAV – Programa de Desenvolvimento do audiovisual, aprovado pelo Comitê Gestor do FSA. Os segmentos contemplados nos programas são:

- Na área de produção e distribuição audiovisual, há linhas de ação voltadas à produção cinematográfica e produção de conteúdos para televisão, além de uma linha dedicada para comercialização de obras cinematográficas.
- Para o setor de exibição foi criado o Programa Cinema Perto de Você, e o Projeto Cinema da Cidade, operado pela Caixa Econômica Federal, que estimula a implantação de complexos de cinema em cidades com mais de 20 mil e menos de 100 mil habitantes que não disponham desse serviço.

3 Metodologia

3.1 Sobre o método

A metodologia a ser utilizada será o método de análise qualitativa dos dados quantitativos sobre o setor que estão disponibilizados em sites dos órgãos públicos e privados que operam com o setor audiovisual.

A partir da identificação das variáveis, cujos dados estão disponíveis, usaremos o “Método de Análise dos Componentes Principais – ACP” da análise multivariada, o que permite identificar as principais componentes do conjunto de variáveis dos dados obtidos. Conforme Vasconcelos (1), é também chamado de Transformada Discreta de Karhunen-

⁵Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001

Loève (KLT) ou ainda Transformada de Hotelling, que transforma as variáveis discretas em coeficientes descorrelacionados.

3.2 O Método de Análise dos Componentes Principais - ACP

O Método de ACP é uma técnica estatística de análise multivariada que transforma linearmente um conjunto de variáveis originais correlacionadas em um conjunto menor de variáveis não correlacionadas, e são chamadas Componentes Principais, que são responsáveis pelo maior número de informações dos dados, cerca de 80%, conforme Mingoti (2007). O método consiste inicialmente em identificar um certo número de variáveis do setor cinematográfico de difícil representação pelo seu grande número (dimensão). Ele tem como finalidade básica, a análise dos dados usados visando sua redução, eliminação de sobreposições e a escolha das formas mais representativas dos dados, a partir de combinações lineares das variáveis originais.

O Componente Principal é considerado a transformação linear ótima de todas as variáveis que será usado com o objetivo de redução de dimensão (número de variáveis). Esse método nos auxilia a entender os dados quando estamos lidando com muitas variáveis, o que significa estar trabalhando em um espaço multidimensional no qual é impossível visualizar graficamente os dados. A proposta do método é concentrar o máximo de informação possível nas principais variáveis identificadas, onde se é possível visualizar graficamente, e sobre as quais poderemos observar facilmente as informações sobre os dados, não somente por questões visuais, mas principalmente por estarmos observando um número menor de dimensões.

3.3 Uso do método ACP

Matematicamente o Método ACP consiste na análise da Matriz de Variância e Covariância das variáveis, e da Matriz de Correlação, que dão origem a dois conceitos, o de Autovalores e o de Autovetores. Os Autovalores nos dão as informações que cada Componente Principal (CP) carrega, enquanto os Autovetores nos dão o peso de cada variável dos Componentes Principais. A partir destes cálculos são formadas as Componentes Principais. Temos ainda que: i) cada CP é uma combinação linear de todas

as variáveis originais; ii) o 1º CP apresenta maior variância, o 2º a imediatamente menor, e assim por diante; iii) os CP são independentes entre si, ou seja, não são correlacionados, eles são perpendiculares entre si. Não anexo 2 estão indicadas as operações teoricamente.

3.4 As variáveis

A tabela 3.1 mostra a matriz de dados 28x12, com valores de 2013, onde $m=28$ e $n=12$. Temos 12 variáveis, o que nos dá um espaço 12-dimensional, que é impossível de representar graficamente. Para cada unidade da federação, a variável “Espectadores” representa o público total que foi ao cinema no ano de 2013. É uma variável que reflete a capacidade dos produtores em distribuir um certo número de filmes conforme o número de exibidores. A variável “Renda” representa a renda bruta da bilheteria adquirida com a venda de ingressos dos cinemas. É a forma de identificar a capacidade física das salas e também o interesse do público pelos filmes exibidos. A variável “Complexos” representa o número de estabelecimentos de cinema existentes, podendo cada estabelecimento desses conter mais de uma sala de cinema. Dessa forma, a variável “Salas” representa a capacidade dos exibidores na região considerada. A variável “População” mostra o número de habitantes residentes naquela unidade da federação, e o “Preço Médio do Ingresso” (PMI) é apenas divisão do montante total de renda pelo total de espectadores.

A variável “Hab por Sala”, é o índice que nos mostra quantos habitantes em média a região tem por salas, dessa forma quão menor for essa índice maior será oferta de salas no estado indicado. “Público por Sala”, é o índice que mostra a distribuição do público total por sala de cinema. O “PIB Per Capita” representa a renda média dos habitantes que moram naquela região. Por fim, “Dens.TVA”⁶, é a capacidade que os canais de TV por assinatura têm de acessar as residências domiciliares, e é dada pelo número total de acessos de TV por assinatura por quantidade de domicílios na região. Se considerarmos a TV como concorrente do cinema, esta variável nos dá um índice de interferência do

⁶ Essa última variável foi construída a partir de dados da Anatel para o número de acessos de TV por assinatura no mês de dezembro de 2013 e dados do Ipeadata para quantidade de domicílios.

fluxo do público ao cinema. É importante observar que o conjunto de variáveis representam de forma reduzida os segmentos do setor audiovisual - produtor, distribuidor e exibidor - que são alvos das políticas de financiamento do setor audiovisual nacional.

3.5 Análise dos dados

Vemos na tabela 3.1 que estamos trabalhando com 11 variáveis necessárias para a análise que pretendemos, o que nos dá um espaço 11-dimensional, que é impossível de representar graficamente.

Tabela 3.1
Matriz de Dados 2013

UF	Espectadores ¹	Renda ¹	Complexos ¹	Salas ¹	Populacao ¹	Hab por Sala	Público por Sala	IPC	PIB per Capita ²	PMI ¹	Dens. TVA ³
SÃO PAULO	50.625.893	R\$ 641.926.983	208	893	43.663.669	48.895	56.692	1,16	R\$ 35.171	R\$ 12,68	45,81%
RIO DE JANEIRO	24.084.189	R\$ 285.794.514	84	311	16.369.179	52.634	77.441	1,47	R\$ 33.575	R\$ 11,87	41,76%
MINAS GERAIS	10.912.941	R\$ 114.649.427	70	213	20.593.356	96.682	51.234	0,53	R\$ 21.360	R\$ 10,51	20,56%
PARANÁ	8.074.104	R\$ 89.737.782	46	168	10.997.465	65.461	48.060	0,73	R\$ 25.366	R\$ 11,11	23,63%
RIO GRANDE DO SUL	7.062.324	R\$ 83.947.749	62	168	11.164.043	66.453	42.038	0,63	R\$ 27.109	R\$ 11,89	28,68%
DISTRITO FEDERAL	5.591.438	R\$ 71.624.263	14	81	3.476.598	42.921	69.030	1,61	R\$ 53.687	R\$ 12,81	48,16%
BAHIA	6.052.120	R\$ 61.212.067	26	93	15.044.137	161.765	65.077	0,40	R\$ 12.152	R\$ 10,11	12,27%
SANTA CATARINA	4.667.217	R\$ 54.468.759	34	109	6.634.254	60.865	42.819	0,70	R\$ 29.126	R\$ 11,67	27,20%
PERNAMBUCO	5.588.078	R\$ 61.605.810	19	82	9.208.550	112.299	68.147	0,61	R\$ 13.889	R\$ 11,02	12,47%
GOIÁS	4.111.667	R\$ 38.652.602	27	92	6.434.048	69.935	44.692	0,64	R\$ 20.995	R\$ 9,40	17,50%
AMAZONAS	3.197.430	R\$ 35.167.192	7	47	3.807.921	81.020	68.030	0,84	R\$ 18.354	R\$ 11,00	25,58%
CEARÁ	3.253.538	R\$ 35.583.953	13	49	8.778.576	179.155	66.399	0,37	R\$ 11.191	R\$ 10,94	12,55%
ESPIRITO SANTO	2.582.719	R\$ 29.997.745	17	56	3.839.366	68.560	46.120	0,67	R\$ 30.471	R\$ 11,61	18,82%
PARÁ	2.707.683	R\$ 30.671.498	12	47	7.999.729	170.207	57.610	0,34	R\$ 12.400	R\$ 11,33	12,51%
MATO GROSSO	2.057.520	R\$ 20.156.426	9	36	3.182.113	88.392	57.153	0,65	R\$ 17.688	R\$ 9,80	19,53%
RIO GRANDE DO NORTE	1.539.686	R\$ 16.761.730	5	29	3.373.959	116.343	53.093	0,46	R\$ 12.775	R\$ 10,89	18,92%
MARANHÃO	1.759.928	R\$ 19.144.573	6	33	6.794.301	205.888	53.331	0,26	R\$ 9.436	R\$ 10,88	7,59%
MATO GROSSO DO SUL	1.353.653	R\$ 15.856.054	6	28	2.587.269	92.402	48.345	0,52	R\$ 22.948	R\$ 11,71	20,82%
SERGIPE	1.104.278	R\$ 11.673.892	4	19	2.195.662	115.561	58.120	0,50	R\$ 13.812	R\$ 10,57	10,00%
PARAIBA	1.253.632	R\$ 12.214.498	6	26	3.914.421	150.555	48.217	0,32	R\$ 10.785	R\$ 9,74	11,38%
ALAGOAS	1.040.174	R\$ 10.795.299	4	14	3.300.935	235.781	74.298	0,32	R\$ 9.756	R\$ 10,38	11,29%
RONDONIA	679.336	R\$ 7.081.479	8	13	1.728.214	132.940	52.257	0,39	R\$ 18.519	R\$ 10,42	12,83%
PIAUI	539.968	R\$ 6.546.037	3	10	3.184.166	318.417	53.997	0,17	R\$ 8.805	R\$ 12,12	6,74%
TOCANTINS	582.099	R\$ 5.949.953	3	13	1.478.164	113.705	44.777	0,39	R\$ 14.401	R\$ 10,22	9,16%
RORAIMA	190.510	R\$ 2.233.993	1	6	488.072	81.345	31.752	0,39	R\$ 16.334	R\$ 11,73	13,65%
AMAPÁ	164.588	R\$ 1.899.494	2	4	734.996	183.749	41.147	0,22	R\$ 15.452	R\$ 11,54	15,69%
ACRE	413.573	R\$ 4.490.738	2	5	776.463	155.293	82.715	0,53	R\$ 13.518	R\$ 10,86	13,24%

Observações:

IPC = Ingresso per capita

PMI = Preço Médio do Ingresso

Dens. TVA = Densidade de TV por assinatura = # Acessos de TV por Assinatura (Anatel) / # Domicílios (Ipeadata)

Fontes:

¹ FilmeB. Disponível por meio de assinatura em: <http://www.filmeb.com.br/conteudo-exclusivo?r=node/81086>

² Ipeadata. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>

³ Anatel & Ipeadata. Disponível em: http://ftp.anatel.gov.br/dados/Acessos/TV_por_Assinatura/Por_UF/csv/

Inicialmente fizemos a avaliação da possibilidade de análise dos dados das variáveis utilizando Componentes Principais pelos Testes Esfericidade Bartlett e o pelo Teste de Karem – Meyer – Oakim (KMO).

O primeiro teste nos dá a significância das variáveis originais. Ele afirma que sendo $p = .001 < 5\%$, os dados são significativos, ou seja, eles estão correlacionados, como mostra a tabela 3.2 abaixo.

Tabela 3.2 – Teste de Esfericidade Bartlett

X²	Gl	p
539	45	< .001

O segundo teste, KMO, avalia a medida de adequação da amostra considerada. Na Tabela 3.3, vemos que o valor de $p = .0633 > 5\%$, nos diz que a amostra é adequada, ou seja os dados estão ajustados, ou ainda se combinam.

Tabela 3.3 – Teste KMO

Medida de Adequação de Amostragem de KMO – Kaiser – Meyer - Olkin

	MAA
Global	0.633
IPC	0.618
PMI1	0.478
Dens. TVA3	0.817
Espectadores1	0.606
Renda1	0.594
Complexos1	0.702
Salas1	0.647
Populacao1	0.661
Hab por Sala	0.710
Público por Sala	0.153

A tabela 3.4, abaixo, nos mostra que as três variáveis (Expectadores, Renda, e Salas) explicam mais de 90% de toda a Componente Principal, o que é um percentual suficiente alto do total das informações. Enquanto que a Singularidade nos mostra a proporção da

variância de cada variável que não é explicada pela CP. Como vemos são valores baixíssimos de ausência de explicação em relação ao total para as três variáveis mais importantes. Ou seja, 6,96%, 7,3%, e 8,5%, respectivamente.

Tabela 3.4 – Pesos das variáveis e Singularidade

Pesos das Componentes

	Componente	
	1	Singularidade
IPC	0.748	0.4399
PMI1	0.531	0.7183
Dens. TVA3	0.845	0.2862
Espectadores1	0.965	0.0696
Renda1	0.963	0.0730
Complexos1	0.950	0.0980
Salas1	0.956	0.0855
Populacao1	0.882	0.2228
Hab por Sala	-0.555	0.6918
Público por Sala		0.9775

Nota. Foi utilizada a rotação 'varimax'

Outro output que o método nos fornece está na Tabela 3.5. Ela nos mostra o percentual da variância de todas as variáveis que estão distribuídas em cada uma das três Componentes Principais

Tabela 3.5 – Pesos das variáveis em cada uma das Componentes

Pesos das Componentes

	Componente			Singularidade
	1	2	3	
IPC		0.897		0.03719
PMI1		0.542		0.63024
Dens. TVA3	0.421	0.871		0.04949
Espectadores1	0.930	0.340		0.01105

Tabela 3.5 – Pesos das variáveis em cada uma das Componentes

Pesos das Componentes

	Componente			Singularidade
	1	2	3	
Renda1	0.927	0.341		0.01546
Complexos1	0.941	0.315		0.01315
Salas1	0.946	0.314		0.00640
Populacao1	0.962			0.04981
Hab por Sala		-0.824	0.310	0.20525
Público por Sala			0.980	0.03308

Vemos, então, que as três variáveis mais importantes se distribuem mais intensamente na componente principal, com e menos peso nas demais componentes.

4 Conclusão

Na década de 20 surgiu a primeira reorganização do mercado audiovisual brasileiro com o rompimento da relação comercial produtor/exibidor nacional. As distribuidoras americanas passaram a dominar a atividade exibidora oferecendo películas de melhor qualidade e por menores preços e conquistando o espectador brasileiro, que passou a preferir os filmes estrangeiros; paralelamente, os exibidores dos grandes centros passaram a desprezar os filmes brasileiros. Desde então, a produção cinematográfica nacional de filmes passou a conviver com três problemas básicos:

- o desinteresse das distribuidoras pela sua comercialização;
- o acesso aos espectadores (consumidor) através da exibição;
- a inexistência de infra-estrutura de apoio que permitisse a produção com qualidade e a possibilidade de competir com o filme estrangeiro.

Entendemos que essa problemática precisa ser olhada de forma mais aprofundada, se é que queremos criar uma indústria com poder de mercado e de competição com o mercado estrangeiro. Para tal, a elaboração de política industrial para o setor pode ser um indicativo. Em nosso trabalho abordamos de forma resumida aspectos de como pode ser construída esta política, e ao final elaboramos um exercício de análise de como a estatística, usando a Análise Multivariada, pode contribuir para a sua elaboração.

Definimos inicialmente os objetivos principais do trabalho, em que, inicialmente, foi identificar os princípios básicos de da política industrial para o setor audiovisual brasileiro. Para tal consideramos relevante para a estratégia de industrialização os seguintes elementos: formalização de diretrizes e objetivos; definição de instrumentos e políticas relacionadas ao setor; a organização institucional; e a identificação de tecnologias específicas. Dentre os pontos analisados vimos que é importante a definição de forma de fomento ao setor audiovisual brasileiro tal como estabelecido pelo principal órgão fomentador do setor audiovisual nacional que é a Ancine- Agência Nacional de Cinema, se que utiliza, não só os artigos 1º e 3º da Lei do Audiovisual, bem como os programas de fomento definidos pelo FNDSA – Fundo Nacional de Desenvolvimento do Setor Audiovisual. No segundo objetivo, utilizando os cálculos do “Método de Análise dos Componentes Principais – ACP” da análise multivariada, constatamos que as três variáveis: Expectadores, Renda, e Salas, são as mais importantes no conjunto de informações sobre os dados do setor audiovisual. Como a variável Espectadores é a que reflete a capacidade dos produtores, nós vemos então que políticas de fomento ao segmento de produção é a mais importantes, seguida da variável Renda que representa a capacidade física das salas e também o interesse do público pelos filmes exibidos, e finalmente a variável “Salas” representando a capacidade dos exibidores na região considerada. Estes resultados mostram a importância dos financiamentos de apoio ao exibidor para a reestruturação das salas no que se refere aos equipamentos de som, de projeção, e assentos, que dão mais conforto e incentivo para o uso das salas tornando-as mais convidativas e de ambiente mais agradável. Tais constatações vêm de encontro às políticas de incentivo que são executadas pelos principais órgãos de fomento ao setor audiovisual no presente momento.

Referências Bibliográficas

BARRADAS, A. & PRADO, L. C.. Economia do cinema e do audiovisual: Um Resenha. Instituto de Economia - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Texto para Discussão 005 | 2014.

BURLAMAQUI, L. e FAGUNDES, J. “Notas sobre a diversidade e regularidade no comportamento dos agentes econômicos: uma perspectiva neo-schumpeteriana”. In BARROS DE CASTRO, Antonio; POSSAS, Mário L.; PROENÇA, Adriano (Orgs). Estratégias empresariais na indústria brasileira: discutindo mudanças. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1996

Coutinho, Luciano G. Ferraz, J. Carlos. Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira (ECIB). Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT. 1994

GUIMARÃES, R. & SOUZA. Distribuição de Recursos na Indústria Cinematográfica - O Impacto da Carga Tributária. Registrado na Biblioteca Nacional sob número 013025.

LATTIN, JAMES; CARROLL, J. DOUGLAS & GREEN, PAUL E.. Análise de Dados Multivariados. Cengage Learning. 2011.

Lei nº 8.685, de julho de 1993

MINGOTI, SUELI APARECIDA. Análise de Dados Através de Métodos e Estatística Multivariada, Uma Abordagem Aplicada. Editora UFMG. 2007.

RODRIGUES, CRYSLAINE F. DA SILVA; FILHO, RICARDO SCHMIDT. O Processo de Industrialização Brasileiro: Repercussões e Perspectivas. XI Congresso Brasileiro de História Econômica. Setembro 2015

SILVA, E. R., LOPES, D. & MUNIZ, R..O Modelo Produtivo Cinematográfico Brasileiro: Dimensionando a Importância das Alianças entre os Atores do Campo. XXXVII Encontro da ANPAD. Setembro 2013.

Sites

ANATEL. Acesso em 09/03/2023. Disponível em:
<http://www.anatel.gov.br/institucional/>

ANATEL. Acesso em 09/06/2015. Disponível em:
<http://www.anatel.gov.br/institucional/>

ANCINE. Acesso em 04/04/2023. Disponível em: <http://www.ancine.gov.br/>

ANCINE. Acesso em 15/04/2015. Disponível em: <http://www.ancine.gov.br/>

FILMEB. Acesso em 06/06/2015. Disponível em: <http://www.filmeb.com.br/>

FILMEB. Acesso em 21/02/2023. Disponível em: <http://www.filmeb.com.br/>

IBGE. Acesso em 09/06/2015. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>

IBGE. Acesso em 20/01/2023. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>

IPEADATA. Acesso em 08/03/2023. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>

IPEADATA. Acesso em 09/06/2015. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>

OBSERVATÓRIO BRASILEIRO DO CINEMA E DO AUDIOVISUAL (OCA). Acesso em 24/03/2023. Disponível em: <http://oca.ancine.gov.br/>

OBSERVATÓRIO BRASILEIRO DO CINEMA E DO AUDIOVISUAL (OCA). Acesso em 15/04/2015. Disponível em: <http://oca.ancine.gov.br/>

WIKIPEDIA. Acesso em 20/05/2015. Disponível em:
https://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:P%C3%A1gina_principal